PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

Comitê de Gestão Estratégica

Ata da 17ª reunião do CGE

Ao 30º (trigésimo) dia do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete), na sala de reuniões da Presidência, no 6º andar do prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, **reuniram-se os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE)**. Adiante subscrevem conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: **1)** O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, cumprimentou a todos, convidou todos à mesa e passou a palavra para o Desembargador Domingos de Araújo, que começou a apresentar o seu projeto, que trata sobre otimização dos processos de trabalho em seu gabinete. **2)** O Desembargador Domingos de Araújo fez breve explanação e apontou os objetivos do projeto: proporcionar maior eficiência operacional mediante otimização e padronização dos fluxos procedimentais judiciais e administrativos, além de práticas que podem encurtar o desfecho da demanda, proporcionando agilidade na prestação jurisdicional. Disse ser importante padronizar para otimizar e, com isso, obter-se-á um melhor resultado com menor tempo. Falou sobre os parceiros técnicos, que são o FUNJURIS e a APMP, através do escritório da qualidade. Exibiu as justificativas do projeto, sendo estas: a manutenção estável do baixo número de ações no gabinete; maior garantia quanto a continuidade da adoção das rotinas de trabalho; preservar os resultados já obtidos; trazer mais segurança e estabilidade aos atos administrativos; e trazer mais segurança e estabilidade aos atos processuais. Delineou os principais produtos, que são: a maior eficiência operacional; padronização dos fluxos procedimentais, judiciais e administrativos; e agilidade na prestação jurisdicional. Tratou dos clientes do projeto e de suas etapas. Logo após falou que o Gabinete sofreria auditoria da empresa certificadora e demonstrou o investimento previsto. Informou sobre o investimento previsto para o projeto, de que não seria uma quantia vultosa pelos benefícios que trará, e que a origem do recurso seria do FUNJURIS. Por fim, trouxe as premissas e restrições do projeto. O servidor Alexandre de Caiado explicou sobre como funciona a ficha de avaliação dos projetos para os membros. O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, fez explanação também sobre essa forma de avaliação, de que o projeto do Desembargador Domingos de Araújo seria a nível de seu Gabinete e que seria implantando mediante aprovação do CGE. Deu continuidade e cedeu a palavra ao Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, para que expusesse seus pontos de vista sobre o projeto apresentado pelo Desembargador Domingos de Araújo antes de sua avaliação. O Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, fez comentários a respeito da importância que o projeto terá,

parabenizando o Desembargador Domingos de Araújo pelo projeto. O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, retomou a palavra, exaltou a contribuição do Desembargador Domingos de Araújo, registrou que a contribuição é muito importante e sua felicidade de esta contribuição ter sido feita durante sua gestão e facultou a palavra a todos da mesa. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Hélio Pinheiro iniciou seu comento parabenizando o Desembargador Domingos de Araújo pelo projeto, falando sobre a importância de se ter projetos nesse sentido no âmbito do Judiciário Alagoano. O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, pediu para que conste em ata o que está sendo exposto. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, falou na mesma linha do Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Hélio Pinheiro, falando sobre a necessidade e importância da padronização, registrando ser esta uma iniciativa louvável. O Diretor da DICONF, Renato Ferreira, citou que seria importante que os outros Gabinetes também implantassem esse projeto e sobre a necessidade da continuidade do projeto para que não caia em desuso. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, falou sobre o interesse no sucesso do projeto pela CGJAL. O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, fez questão de exaltar que esse projeto está sendo desenvolvido em sua gestão e que fica feliz com essa melhoria. **Membros votaram e o projeto foi aprovado.** O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, registrou a importância de este projeto estar sendo implementado em sua gestão. O Presidente do Tribunal de Justiça e do CGE, Otávio Praxedes, lidou sobre o cartório unificado. Falou com o Desembargador Domingos de Araújo sobre o galpão que será de propriedade do Judiciário Alagoano e apontou que este espaço pode abarcar o cartório unificado. Desembargador Domingos de Araújo agradeceu a aprovação do projeto e falou da importância do aval do Presidente nos trabalhos existentes no Judiciário de Alagoas e agradeceu ao Presidente Otávio Praxedes por sua acessibilidade, demonstrando apoio e sua disposição ao Presidente e ao Judiciário Alagoano. **3)** O Presidente do Tribunal de Justiça, Otávio Praxedes, deu seguimento à pauta e cedeu a palavra ao servidor Clóvis Gomes, que começou a falar sobre a Gestão Estratégica. Falou sobre a importância da estratégia, dos indicadores, dos números do Tribunal e das ações que devem ser tomadas para execução, apontando que a execução é ponto essencial na gestão estratégica. Presidente deu o uso da palavra para Luiz Henrique para que apresente seu projeto. Presidente necessitou se ausentar para atender o Desembargador Alcides Gusmão e deixou o Dr. Ygor Vieira, Juiz Auxiliar da Presidência, para que conduza os trabalhos do Comitê. Luiz Henrique começou a apresentar o projeto da 7ª Vara de Arapiraca, explicando como ele funciona. Explicou que a magistrada não pode se fazer presente por necessitar estar em uma audiência de instrução. Apresentou que o projeto busca a garantia dos direitos de cidadania com a preservação de menores diante de conflitos dos pais/tutores e o respeito às disposições do ECA (melhor interesse da criança). Continuou indicando que seria necessária a criação de um espaço de lazer e que já há uma sala de arquivo no fórum de Arapiraca e que a ideia seria desocupar a sala trazendo esses documentos para Maceió. O projeto tem como principal resultado a criação de espaço de lazer para crianças/menores, que, em virtude de litígio entre familiares, ficam em situação de vulnerabilidade quando da realização de audiências de família. Certamente auxiliará a eventual oitiva das crianças, além de evitar que tenham contato com cenas de desamor entre familiares. Apresentou os parceiros técnicos do projeto, sendo eles a 7ª Vara de Família de Arapiraca, o FUNJURIS, a APMP/DIGEP, a Direção do Fórum de Arapiraca e a Prefeitura de Arapiraca e, apesar de não haver nada formalizado. Relatou que a sala de espera seria utilizada

nas terças e quintas. Justifica o projeto por haver muitos conflitos familiares, fluxo de crianças sozinhas no fórum. Os clientes do projeto afirma ser o Judiciário de Alagoas, os jurisdicionados e as Varas de Família de Arapiraca. Trouxe as etapas do projeto, relatando serem a estruturação física e a estruturação organizacional para disponibilização de uso do ambiente. Discursou sobre o material que seria necessário e citou que idealiza-se a obtenção de doações para promover a implantação do projeto. A ideia inicial é cuidar de 8 a 10 crianças. Indicou que pretende-se um convênio com universidades e instituições de ensino, dentre elas a UNIT, para que graduandos possam trabalhar neste ambiente servindo como horas flexíveis no devido curso. Falou sobre o investimento previsto para o projeto. Esboçou que não irá melhorar na gestão do Tribunal, mas que irá ter ganho por humanizar. Após, tratou sobre as premissas e restrições, em que são a disponibilidade da sala de arquivo e a celeridade na celebração de convênio com a Prefeitura de Arapiraca para cessão de servidores, de forma que não haveria ônus para o Tribunal quanto ao corpo de trabalho, sendo algo voluntário. Disse que a magistrada pretende formar um grupo com os juízes de família de Arapiraca em prol do projeto, sendo esta a forma de gestão. Assim agradeceu a todos e encerrou a apresentação. Dr. Ygor Vieira cedeu a palavra à Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, que parabenizou a iniciativa. Logo após, começou a indagar sobre o projeto, apontando que existe projeto semelhante para a infância e juventude e perguntou sobre o valor dos itens. Achou o valor baixo de forma genérica, porém altos de forma unitária e sendo somente para equipar uma sala e perguntou se houve cotação. Luiz Henrique falou que os valores devem ter sido coletados pela internet. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, indagou se o projeto não pode ser viabilizado com doação, de modo a diminuir o valor gasto pelo Judiciário Alagoano e Luiz Henrique disse que esse é uma das ideias consideradas. O Diretor-Geral do Tribunal de Justiça, Alexandre Sodré, fez adendo ao comentário da Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, indagando sobre a periodicidade e prazo desse custo. Luiz Henrique disse que não há uma previsão exata da duração do material adquirido, mas que ao que se pretende é que as doações possam suprir o custo mediante o sucesso do projeto. Dr. Ygor Vieira apontou que a maior preocupação é a responsabilização do Judiciário pela guarda temporária da criança. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, questionou sobre a idade para ingresso no espaço. O Diretor da DICONF, Renato Ferreira, sugeriu de que as sugestões sejam ouvidas e que as outras duas varas fossem aproximadas para que o projeto fosse de forma maior, sugerindo uma reformulação com as correções. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Hélio Pinheiro, entendeu que o projeto estava pronto para ser lançado e que as retificações ocorreriam no decorrer de sua aplicação. Foi discutida uma possível aprovação com ressalvas para que postumamente seja trazido algo mais detalhado. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Hélio Pinheiro, sugeriu a aprovação com a ressalva de correção por achar bastante exequível o projeto. A Secretária Especial da Presidência, Ednilda Lessa, também fez comentários parabenizando a ideia. **Membros votaram e foi aprovado, mas com ressalvas** de ajustes durante a execução do projeto, mais informações e maior delineamento da parte burocrática relativa a contratação do corpo de trabalho, sobre a idade de ingresso das crianças, sobre a responsabilização do Judiciário na guarda temporária destas crianças, sobre a disponibilização da sala de arquivo, pois hoje não há espaço disponível para receber essa documentação, dentre outros pontos do projeto. **4)** Dr. Ygor Vieira pediu para que se continue a reunião e cedeu a palavra ao servidor Alexandre de Caiado, que começou a apresentar o projeto da

expansão da coleta seletiva. Fez explanações a respeito dos parceiros técnicos e justificativa. Falou sobre os principais produtos. Abordou sobre a expansão do projeto, seus clientes e termas etapas do projeto. Relatou a forma de gestão. O servidor Alexandre de Caiado terminou a apresentação e o Dr. Ygor Vieira cedeu a palavra a quem queira perguntar sobre o projeto. Foram feitas perguntas pelos membros sobre a execução do projeto já existente e sobre as problemáticas latentes. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, parabenizou pelo fato de o projeto ter visão ambiental e humana. O Diretor da DICONF, Renato Ferreira, indagou sobre o credenciamento das cooperativas. O servidor Alexandre de Caiado explicou que existirá mediante cooperativas próximas do município ou no município. O Diretor da DICONF, Renato Ferreira, sugeriu que a divulgação poderia ser melhor. **Membros votaram e foi aprovado**. **5)** Dr. Ygor Vieira ressaltou a importância de exaurir a pauta e passou a palavra à servidora Catalina Velásquez. A servidora Catalina Velásquez começou a relatar sobre a revisão do plano estratégico e os planos de ações. Falou sobre a importância de o Gestor estar na atividade fim dos Macrodesafios para que possa estar coordenando essas ações e, junto à APMP, realizar o monitoramento. Apontou que foi minutada Portaria para convocação dos gestores dos macrodesafios para atualização do plano de ações, execução e acompanhamento. Disse que a importância do CGE seria a indicação dos gestores do Macrodesafios. O servidor Alexandre Sodré apontou que já há dois Gestores definidos, que são os Desembargadores Domingos de Araújo e Tutmés Airan. Foi discutida, em adição, a remuneração por designação para Gestor de Macrodesafio. A servidora Catalina Velásquez informou que existe recomendação pelo CNJ de que haja o plano de comunicação da Estratégia. Fez breve explanação e abordou sobre suas implicações. Falou sobre a proposta do Boletim Estratégico, de que seja quadrimestral e de forma virtual para não gerar custo, que apenas essa edição foi impressa para apresentação. Falou também sobre o Plano de Ação para o cumprimento das Metas Nacionais, que estaria aberto para edições e que a APMP estaria disponível para esses ajustes e que este estará disponível no Portal da Estratégia. O Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, falou sobre a importância do seguimento deste Plano de Ação. A servidora Catalina falou também da existência do Plano de Ação para obtenção do Selo Justiça em Números. Desta forma, agradeceu e encerrou sua apresentação. Dr. Ygor Vieira citou que todo o material seria lido com calma para que haja análise. **6)** Dr. Ygor Vieira deu seguimento à pauta passando a palavra para o servidor Guilherme Rossilho, que começou a apresentar sobre o relatório anual do Justiça em Números. Falou sobre a importância da obtenção dos dados dos outros setores e o Dr. Ygor Vieira apontou que, se necessário, seria cobrado das Diretorias a informação necessária, até com ofício da Presidência, se preciso. O servidor Guilherme Rossilho falou que a metodologia utilizada é a estabelecida pelos normativos do CNJ. Dr. Ygor indagou sobre até quando os dados estão atualizados e informou estar atualizado até o dia 27/11/2017. Apresentou os Casos Novos, que houve aumento em 2017. Apresentou os Processos Baixados e relatou sobre a queda na série histórica. Relatou sobre os Casos Pendentes. Relatou que a Taxa de Congestionamento foi a pior da série apresentada, só não sendo pior que a de 2009. Relatou também sobre a queda do Índice de Atendimento à Demanda. Dr. Ygor falou sobre uma possível queda no IPC-Jus. O servidor Guilherme Rossilho fez breve explanação sobre o que entende ser este índice e que certamente o resultado não vai ser muito melhor que o do ano anterior. Foi informado que o resultado nacionalmente seria ruim. Passou a falar sobre as Metas Nacionais, falando sobre as Metas 1 e 2. Quanto à Meta 1, afirmou que o resultado está satisfatório. Lembrou sobre a

importância da baixa. Quanto à Meta 2, falou sobre a complicação dos processos e que os números não são favoráveis. Ressaltou a importância do NAUJ, tendo em vista esses processos mais antigos e falou sobre a possível criação de algum mecanismo para auxiliar na produtividade. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, relatou que vários servidores do NAUJ, no segundo semestre, foram distribuídos para outras lotações e que isso fez prejudicar o resultado da Meta 2. O Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, falou sobre a importância de haver uma maior visão da Alta Gestão para dar prioridade a essas questões, relatando sobre os números divulgados através do que é informado ao CNJ e ao que vai para a mídia. O Diretor da DICONF, Renato Ferreira, falou que há três ações que necessitam ser considerados, que irão aumentar a produtividade do TJAL, são: os novos Juízes que já assumiram, os Juízes que serão nomeados e do concurso que haverá. Passou para os indicadores básicos do TJAL formulado pelo Estatístico da APMP, Ilmo Gallindo, apresentando as propostas tanto de haver essa mensuração dos indicadores quanto da implantação do TJAL em Números, todas consolidadas em um documento, fazendo uma série histórica existente na página do TJAL, sendo uma forma de transparência. Outra proposta é a publicação de dados do TJAL através de panfleto, nos moldes da SEPLAG, a ser discutido com a DICOM, para ver com a empresa contratada. Ficou para ser aprovado mediante abertura de processo. O servidor Guilherme Rossilho solicitou que isto conste em ata para propiciar a abertura de processo para produção do proposto. Logo após, finalizou. **7)** Dr. Ygor Vieira passou a palavra para o Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, que começou a tratar sobre a Pesquisa de Satisfação do Poder Judiciário de Alagoas. Citou o estatístico da APMP, Ilmo Gallindo, que foi o Coordenador da Pesquisa de Satisfação. Entregou ao Dr. Ygor Vieira como representante do Presidente o documento da Pesquisa de Satisfação completo com comentários e com as opiniões e reclamações de jurisdicionados sobre determinadas Unidades Jurisdicionais. Iniciou a apresentação dos dados constantes na Pesquisa. Nas Varas e Juizados, houve aumento nos índices em comparação com a pesquisa de 2013/2014. Já no segundo grau e no portal do Tribunal, houve queda nos índices. Dr. Ygor ressaltou que o resultado dessa pesquisa é muito influenciado pelo que o jurisdicionado obteve de resultado. Se positivo, elogios. Se negativo, críticas. A servidora Catalina Velásquez de que são designados, nas Unidades, servidores responsáveis pela urna, mas que não há técnica apurada para isso, por não haver esse treinamento em específico e que esse treinamento pode realmente fazer a diferença na obtenção do resultado no caso de ser feito por uma empresa especializada em pesquisa. O Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, disse que no TJSE os estagiários aplicam os formulários no período determinado para a pesquisa. Fez essa sugestão. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, indagou sobre quem utilizaria esses dados obtidos pela Pesquisa e foi esclarecido que, a priori, a Presidência do Tribunal e a Corregedoria também. A servidora Catalina Velásquez relatou sobre alguns pontos na Pesquisa de Satisfação anterior e que depende muito da Gestão. Dr. Ygor ressaltou que o interessante nessa Pesquisa é de que o resultado obtido seja convertido em aplicação prática, para que não sejam apenas números no papel. Dr. Ygor Vieira sugeriu um direcionamento em alguns pontos para a pesquisa. O Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, concluiu a apresentação sobre a Pesquisa de Satisfação. **8)** Dr. Ygor Vieira passou a palavra ao servidor Alexandre de Caiado para prosseguimento da pauta. O servidor Alexandre de Caiado iniciou explicação sobre o acompanhamento dos resultados do programa de reconhecimento do TJ Eco Consciente Solidário. Apresentou planilha com os dados de resultado em porcentagem de redução ou

acréscimo do uso de impressões de 2017 em relação a 2016. Explicou como funciona a premiação por parte da Resolução TJAL nº 23/2017 e o reconhecimento de práticas. Detalhou como cada uma funciona. Buscou o site para exibir de forma prática funciona. Apresentou o acompanhamento do ranking de quem está nesse momento com maior redução acompanhado mês a mês e que os gestores de contrato informam planilha à APMP. Dr. Ygor Vieira indagou sobre os que não diminuíram para que o dado não fique no papel. O servidor Alexandre de Caiado respondeu sobre como funciona o relatório do PLS (Plano de Logística Sustentável), que é publicado no site com a comparação dos anos e que a Comissão Ambiental toma as providências, informou ainda que cada gestor tem um plano de ação para o ano seguinte que é levado para análise da reunião da Comissão Ambiental. Dr. Ygor Vieira perguntou se há como alertar os que não cumpriram o proposto. O servidor Alexandre de Caiado expôs que o que ocorre é um envio por parte da Presidência através de Memorando pedindo a atenção destes para os maiores consumos de suas unidades. Continuou expondo que existe a comparação com a os resultados anteriores da própria Vara. Informou que cada unidade pode consultar o seu resultado no site do Tribunal de Justiça. O servidor Alexandre de Caiado disse que há acompanhamento para quantidade de impressões, consumo de resmas de papel e para energia elétrica, utilizando a mesma sistemática. O Diretor da DICONF, Renato Ferreira, indagou se há uma totalização do Estado. O servidor Alexandre de Caiado informou e demonstrou que há sim a informação e comparação anual para o total do Estado. Explanou ainda sobre o monitoramento de resultados da Coleta Seletiva sendo que neste caso o acompanhamento é diário. Detalhou sobre como é feita a informação. Passou para a apresentação da situação dos projetos estratégicos aprovados pelo CGE, relatando os que foram concluídos e os que não foram. Falou também sobre os gargalos comuns aos projetos. Informou sobre a existência do Subcomitê de Projetos, que este ajudava bastante na solução dos problemas encontrados durante o desenvolvimento dos mesmos não sobrecarregando o Comitê de Gestão Estratégica. Informou que alguns projetos aprovados pelo CGE não foram totalmente concluídos por nova priorização das obras e outros gargalos que eram sanados e acompanhados pelo Subcomitê. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Hélio Pinheiro, disse que iria tentar ajudar a resolver esses gargalos mesmo independentemente da criação do Subcomitê e informou que há interesse especial no projeto de restruturação da Diretoria-Adjunta de Gestão de Pessoas, que está pendente pela parte referente à estruturação física. O Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Hélio Pinheiro, solicitou reunião com o servidor Abelardo Braga, que era o gestor deste projeto, e com o Diretor do Departamento Central de Engenharia e Arquitetura, Jorge Lira. O servidor Alexandre de Caiado explicou como funcionavam as reuniões deste Subcomitê e como este era composto. Foram discutidas questões para que os projetos não sejam descontinuados. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, indagou sobre como era composto o Subcomitê. O servidor Alexandre de Caiado informou que o Subcomitê de Projetos era composto por representante do FUNJURIS, da Direção-Geral, da DICONF, da Secretaria-Especial da Presidência e dos Juízes Auxiliares da Presidência. Dra. Laila Kerckhoff perguntou se são as mesmas pessoas do CGE que podem compor o Subcomitê e o servidor Alexandre de Caiado respondeu que é possível que sejam. A Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Laila Kerckhoff, indagou sobre a descontinuidade do Subcomitê de Projeto e o Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes, falou que a portaria atinente foi revogada. Foram encerrados os pontos de deliberação. Foi deliberado que a próxima reunião do CGE será no dia 29 de março de 2018, às 9:30, na sala de reuniões da

Presidência. O Dr. Mauricio César Brêda Filho, Juiz Presidente da Comissão Gestora do Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário – FUNJURIS, não pode se fazer presente na reunião por estar em evento na ESMAL. Nada mais havendo a constar, deu-se por encerrada a presente reunião que segue assinada pelos presentes.

Otávio Leão Praxedes
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do Comitê de Gestão Estratégica